

ALTERNATIVAS À EPISTEMOLOGIA DOMINANTE

Roberto Alves de Arruda¹
Enaide Tereza Rempel²

RESUMO: Propomos uma reflexão crítica ao modelo epistemológico da sociedade moderna capitalista, na perspectiva apontada por Boaventura de Sousa Santos. Apoiamos nossa discussão, num conjunto de obras do autor, que procura apontar os critérios que serviram de base para construção do paradigma dominante das ciências modernas. Destacaremos os enfoques alternativos para o reconhecimento e valorização das epistemologias em contra posição a produção das ausências, engendradas pelas sociologias das ausências, emergências e ecologia dos saberes.

Palavras-chave: Sociologia das Ausências, Ecologias dos Saberes, Desigualdade e exclusão.

ABSTRACT: We propose a critical epistemological model of the modern capitalist society, a view highlighted by Boaventura de Sousa Santos. We support our discussion, a number of works by the author, who seeks to highlight the criteria that were used for construction of the dominant paradigm of modern science. We will highlight the alternative approaches to the recognition and enhancement of epistemologies in position against the production of absences, engendered by the sociology of absences, emergencies and ecology of knowledge.

Keywords: Sociology of Absences, ecology of knowledge, inequality and exclusion.

CARACTERÍSTICAS DO PARADIGMA DOMINANTE

Um paradigma se constitui para além de um discurso, com envolvimento direto de seus precursores, nos quais utilizam de fins e meios para atingir determinada racionalidade. Um modelo de racionalidade que conduz para a emancipação dos sujeitos, ou por outro lado, a serviço de poucos para regulação via “subordinação”.

Em outras palavras, estamos argumentando a partir de um campo teórico que se movimentou apoiado num cientificismo instrumental referenciado nas produções científicas dos séculos XVIII e os iniciais vinte anos do século XX, das produções de Adam Smith, David Ricardo a Lavoisier até Darwin. No estruturalismo de Marx e Durkheim até Max Weber e Pareto. De Humboldt a Planck até Poincaré e Einstein.

Por outro lado, as transformações tecnológicas possibilitarão que o nosso caminhar no século XXI, nos mova para a sociedade da informação midiaticizada pela interatividade das tecnologias. Um novo paradigma em compreender as relações entre capital tecnológico e as formas de sociabilidade muda esses cenários sociais.

Santos (2005) na obra: “Um discurso sobre as Ciências”, apresenta-nos o modelo de racionalidade que satisfaz a ciência moderna. Constituída a partir da revolução científica, principalmente às proclamadas durante as revoluções dos séculos XVI e desenvolvidas nos período seguintes, aquelas basicamente se orientaram sob o domínio das ciências naturais, com predição no século XVIII, e somente no século XIX, de fato esse modelo de racionalidade é analisado pelas ciências sociais.

Falamos a partir “de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna [...] entre o senso comum e as chamadas humanidades” (SANTOS 2005, p. 29), incluindo aqui, os estudos “históricos, filosóficos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos” (ibidem, p. 29).

Esse modelo global que estabelece a nova racionalidade científica é também totalitário, “na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS 2005, p. 21).

Corroborando com a crítica ao “pensamento abissal”³, assim denominado, Sandra Jovchelovitch (2008), apresentando-nos os “contextos do saber e representações do saber”. A representação para a autora está na base para aquisição das inter-relações que constituem a ordem social para transformar as culturas, num determinado tempo e espaço.

O conhecimento científico no paradigma dominante, segue regras metodológicas orientada para uma lógica espacial e temporal, assim destacados: em primeiro lugar, conhecer significa quantificar, lugar ocupado pela matemática

na ciência moderna; em segundo lugar, o método científico assenta num tempo linear, reduzindo a complexidade do mundo. Assim, o estudo da natureza teórica do conhecimento científico, neste paradigma, decorre dos pressupostos epistemológicos e das regras metodológicas, pautados pelo princípio da regulação. “É um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento do futuro” (SANTOS 2005, p. 29).

Por outro lado, o conhecimento científico determina leis que regem a natureza.

As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o como funciona das coisas em detrimento de qual agente ou qual o fim das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. [...] Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto metateórico a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro (SANTOS 2005, p. 30).

Posto desta forma, assim como fora possível desvendar as leis da natureza, seria igualmente possível descobrir as leis das ciências humanas e sociais.

Acrescenta Santos,

Bacon, Vico e Montesquieu são os grandes precursores. Bacon afirma a plasticidade da natureza humana e, portanto, a sua perfectibilidade, dadas as condições sociais, jurídicas e políticas adequadas, condições que é possível determinar com rigor. Vico sugere a existência de leis que governam deterministicamente a evolução das sociedades e tornam possível prever os resultados das acções colectivas (SANTOS 2005, p. 32)

Por outro lado, a crítica apontada por Santos (2005), aproxima-nos de uma nova compreensão paradigmática nos eleva ao pensamento que todo “conhecimento científico-natural é conhecimento-social”.

A distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade. Os avanços recentes da física e da biologia põem em causa a distinção entre orgânico e inorgânico, entre seres vivos e matéria inerte e mesmo entre o humano e o não humano (SANTOS 2005, p. 61).

Destaca ainda que:

Não basta, porém, apontar a tendência para a superação da distinção entre ciências naturais e ciências sociais, é preciso conhecer o sentido e conteúdo dessa superação. Recorrendo de novo a física, trata-se de saber qual será o “parametro de ordem”, segundo Haken, ou o “atractor”, segundo Prigogine, dessa superação, se as ciências naturais, se as ciências sociais. Precisamente porque vivemos um estado de turbulência, as vibrações do novo paradigma repercutem-se desigualmente nas várias regiões do paradigma vigente e por isso os sinais do futuro são ambíguos (SANTOS 2005, p. 65).

Santos (2005) acrescenta que, todo o conhecimento é local e total. Emerge um novo paradigma, onde o conhecimento é total, e tem como horizonte uma totalidade universal. Todavia, sendo total é também local baseado em temas que são oriundos e adaptados por grupos sociais que por vezes não gozam do reconhecimento das ciências dominantes, mas que igualmente são potencialmente capazes de produzir ciência. Estes novos experimentos são resultantes de processos históricos, capazes de reconstruir a história de vidas de homens e mulheres, jovens e velhos, numa relação de autenticidade destas relações, em contra ponto ao processo de subordinação proposto pelo colonialismo ocidental.

O tributo ofertado das sociedades do ciclo colonial, às sociedades colonizadas foi intercalado com a “violência da coerção e a violência da assimilação” (SANTOS, 2008). Nesta configuração, a perspectiva do paradigma ocidental de desenvolvimento, está reduzida às do desenvolvimento capitalista e suas contradições. A ciência esteve a serviço do paradigma dominante, sob a forma de regulação, contrariamente ao princípio de emancipação proposto pelas ciências. Qualquer forma de racionalização indicava a subordinação dos atores, hora a sistemas de ação milimetricamente pensados, como considerava Talcott Parsons, hora pela racionalização instrumental dominante, de que denuncia a Teoria Crítica e a Escola de Frankfurt, especificamente Habermas (1988). Todavia a crítica sistemática empreendida por Boaventura de Souza Santos, ao paradigma dominante, centra-se na crítica ao modelo de racionalidade que preside a ciência moderna.

Assim, para não perdermos de vistas os aspectos espaciais e temporais, Santos (2002), situam-nos na modernidade ocidental e no capitalismo como dois processos históricos diferentes e autônomos. O modelo de racionalidade que preside a modernidade constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais (SANTOS, 2002).

Assim, desabonando este modelo de racionalidade científica, Santos (2002) aponta na obra: Um discurso sobre as ciências, e posteriormente em 2005,

ampliando suas teorizações, na obra: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, faz críticas à razão indolente: contra o desperdício da experiência. Apresenta que a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas.

Contudo, não nos deteremos na discussão das várias áreas do conhecimento científico, mas apontaremos para a questão da sociologia das ausências e das emergências, utilizando a obra: A gramática do tempo: para uma nova cultura política, versão de 2008, por considerar estarem nestes escritos, às principais contribuições sociológicas do autor para as ciências sociais na contemporaneidade.

PRODUÇÃO DA RAZÃO INDOLENTE, DA DIFERENÇA E DA DESIGUALDADE

Desnecessário será tratar das explicações iniciais do capítulo dois, sob o tema: "Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", situando diretamente nosso contexto de compreensão, ao tipo de racionalidade denominada por "indolente". Santos (2008) procura fundar a razão cosmopolita em três procedimentos meta-sociológicos: "a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução".

De tal modo, os pontos de partida desta discussão, apontados por Santos (2008) são:

A compreensão do mundo excede e muito a compreensão ocidental do mundo. Vista como única e imponente as demais civilizações - tanto no mundo ocidental quer no mundo não ocidental-, esta compreensão é tão importante quanto a sua superficialidade e inadequação como modelo único a todos os continentes;

Num segundo plano, a compreensão do mundo e a forma como ela inventam e legitimam o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade;

A característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrariar o presente e, por outro, expandir o futuro (SANTOS 2008, p. 95).

A razão indolente, criticada por Santos (2008) é destacada sob quatro formas diferentes de manifestação:

A razão imponente aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina

incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima; e a razão proleptica que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente. (SANTOS 2008, p. 95).

Nos últimos duzentos anos, persiste este modelo de conhecimento hegemônico, tanto na sua forma como conhecimento filosófico quanto científico. Aponta Santos (2008), que a concretização do Estado Liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo constituíram o contexto sócio- político em que a razão indolente se desenvolveu.

A razão indolente, nega a liberdade do outro, produz a diferença, a desigualdade e a exclusão dos direitos do homem. Traduzidos de uma suposta igualdade manifesta no liberalismo econômico, este modelo de sistema econômico, considera a diferença como formas justificadoras das liberdades humanas, mas por outro lado, esta mesma proposta de liberdade capitalista é motivo de cerceamento para as liberdades, constituindo assim, desigualdade e exclusão.

As releituras dos conceitos de desigualdade e exclusão repensados em Boaventura de Souza Santos remetem-nos ao contexto da sociedade moderna capitalista - sendo esta residual das sociedades coloniais - impregnada de um sistema de coerção, provocando a exclusão e desigualdade, via princípio da regulação por subordinação do trabalhado livre assalariado.

Assim, a diferença e a desigualdade apontam para formas de produção da não existência. Uma discussão sobre um tipo ideal de pertencimento - a determinada sociedade, sob a forma de integração social, estabelece dois sistemas de pertença hierarquizada: o sistema de desigualdade e o sistema de exclusão, assim mencionado por Santos (2008).

Para falar da desigualdade como fenômeno da produção da não existência, manifesto com maior preponderância no século XIX, convergindo da modernidade ocidental, Karl Marx (1970), assinala que: a relação capital/trabalho como princípio de integração social a sociedade capitalista, foi a que mais promoveu a desigualdade econômica e, em um segundo momento, a exclusão social, como produto da própria desigualdade.

A desigualdade assenta na desigualdade de classe, entre proprietários de capital e proprietários da força de trabalho, baseada na regulação das formas de subordinação ao trabalho assalariado livre. Estas formas de regulação, supostamente garantiriam a todos os sujeitos, igualdade de condições de acesso e permanência

aos postos de trabalho, reconhecidos como sujeitos perceptíveis.

Retomando Santos (2008), pondera que no sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão⁴. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social.

Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas (SANTOS 2008, p. 280).

Considerando desta forma, a desigualdade é colocada como sistemas de pertença, como invenção do sistema sócio-econômico e a exclusão como um fenómeno cultural, resultante de um processo civilizatório, provocado pela própria modernidade capitalista. Este processo cultural é histórico, cria razões que segregam grupos de indivíduos, sob o discurso da diferença e da verdade; estabelece limites com penalidade: a exclusão.

Constituem um interdito; um proibido; um intocável; um *dalits*; uma casta superior que rejeita o outro, via diferença. Cria uma linha divisória que para além, só poderia existir transgressões ao critério oposto da igualdade.

Este lugar remete para outro espaço a heterotopia - todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime (SANTOS, 2008).

Em dado momento, são igualmente excluídos e reconhecidos como desiguais - daí passar a existir às demandas pelas políticas de integração social, via programas sociais - não objetivando a emancipação total dos sujeitos, mas para terem capacidade parcial de integração para subordinação. Em um outro momento, são considerados como não existentes, pelo mesmo interdito de apartação, sendo classificados e enquadrados nos modos de produção da não-existência.

OS MODOS DE PRODUÇÃO DA NÃO-EXISTÊNCIA

Santos (2008) destaca cinco lógicas ou modos de produção da não-existência: A primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor do saber⁵. É o modo de produção de não existência mais rigoroso. Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade

estética, respectivamente. O cânone da ciência moderna desprestigia o saberes populares, desconsiderando que toda ciência é ciência. Desconsidera que os saberes populares são produzidos numa lógica interna, capaz de satisfazer as necessidades de saberes, para determinados grupos sociais. A lógica de apropriação do conhecimento, que produza emancipação e, não apenas regulação.

A segunda lógica assenta na monocultura do tempo linear, a idéia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Todavia, a direção da história tem demonstrado nos últimos duzentos anos, caminhos diversos entre: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a idéia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Num processo simultâneo de produção da história os países periféricos sofrem com o preconceito de não acompanharem a contemporaneidade, convergindo aí formas assimétricas de perceber o outro. A não existência adquire a forma da residualização, que tem denominado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo ou o selvagem, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido.

A terceira lógica é a lógica da classificação social, que assenta na monocultura na naturalização das diferenças. Pierucci (1999), em: *Ciladas da Diferença* enfatiza que está cada vez mais difícil negar a importância política que as diferenças vêm assumindo ultimamente.

Tratar as pessoas diferentemente e, assim fazendo, enfatizar suas diferenças pode muito bem estigmatizá-las (e então barrá-las em matéria de emprego, educação, benefícios e outras oportunidades na sociedade), do mesmo modo que tratar de modo igual os diferentes pode nos deixar insensíveis às suas diferenças, e isto uma vez mais termina por estigmatizá-los e, do mesmo modo, barrá-los socialmente num mundo que foi feito apenas a favor de certos grupos e não de outros (PIERUCCI 1999, p. 106).

A quarta lógica da produção da inexistência é a lógica da escala dominante. Nos termos desta lógica, a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas (SANTOS, 2008). Destaca-se nesta lógica o universalismo dos modos de produção capitalista, como a única forma de produção independente dos contextos de vivências dos sujeitos. As particularidades dos grupos seguem regras gestadas nas realidades locais, portanto, independente dos globalismos mundiais. Ressalta Santos (2008), a globalização como a escala que nos últimos anos adquiriu uma importância sem precedentes nos mais diversos campos sociais. Trata-se da escala que privilegia as entidades ou realidades que

alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais.

Finalmente, a quinta lógica de não-existência é a lógica produtivista, e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. O crescimento econômico nos moldes capitalista é a única lógica aceita como forma de produtividade. Arroga-se o critério clássico da economia que prediz crescer para posteriormente repartir.

Volta-se um velho dilema, o da liberdade econômica, princípio perseguido no liberalismo econômico. Todavia, nem todos os sujeitos livres são realmente livres, pois alguns não detêm os meios iguais de produção; logo o princípio da liberdade, de início fica prejudicado. Por outro lado, a igualdade econômica pressupõe condições livres para concorrência e não condições materiais para competir no mercado. A diferença não é respeitada. A homogeneização é critério para o exercício das ações em função dos mais fortes economicamente.

OS CAMPOS SOCIAIS PARA A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS A DA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

Pensando nas sociologias das ausências⁶ como forma de interdito, do outro lado da linha abissal, dos saberes não reconhecidos, das formas de produção alternativas ao sistema capitalista vigente, Santos (2008) apresenta as ecologias dos saberes propondo substituir as monoculturas por ecologias⁷. Identifica cinco ecologias, como forma alternativa aos modos de produção das ausências.

A primeira a ecologia dos saberes parte do pressuposto que todas as práticas relacionais entre seres humanos e também entre os seres humanos e a natureza implicam mais do que uma forma de saber e, portanto, de ignorância. Seguem nesta mesma direção como alternativa aos modos de produção das ausências as ecologias. Ecologia das Temporalidades, Ecologia do Reconhecimento, e a Ecologia da Trans-escalas e a Ecologia das Produtividades.

Santos (2008) destaca as experiências mais importantes onde se multiplicam a diversidade, onde revelarão as possibilidades e alternativas possíveis ao futuro. Estas são:

Experiências de conhecimento. Trata de conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento. Neste campo, o respeito à diversidade e a dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade, como aponta Freire (1987), é reconhecido. Os saberes populares, indígenas ou tradicionais representam o lugar onde se assentam a diversidade dos saberes e a multiplicidades de formas de pensar e produzir os saberes.

Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção. Trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. As organizações

da economia em termos de produção cooperativa, as formas e modos de economia solidária, do desenvolvimento alternativo às alternativas do desenvolvimento

Experiências de reconhecimento. Trata-se de diálogos, nas margens ou nos subterrâneos dos sistemas dominantes - exploração, natureza capitalista, racismo, sexismo e xenofobia – têm-se vindo a afirmar experiências de natureza anticapitalista.

Experiências de democracia. Nota-se o orçamento participativo, em vigor em muitas cidades brasileiras, países da América Latina e na comunidade Européia. Bengala Ocidental, Índia e África, são bons exemplos de planeamento participativo descentralizado.

Experiências de comunicação e de informação. Trata-se de diálogos e conflitos pela revolução das tecnologias de comunicação e de informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação sociais globais e a construção de alternativas possíveis por grupos locais das redes de comunicação independentes transnacionais e os media independentes alternativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível a construção de alternativas viáveis, que contra incidem a lógica única da modernidade ocidental capitalista. A lógica das ausências deixa de ser reconhecidas como modelo único e critério de apartação dos sujeitos da ação.

O sistema de dominação quer seja pela via da exploração capitalista clássica, quer pela via da colonização, retroagem a outros espaços dando lugar a criatividade, a emancipação e a autenticidade dos sujeitos.

Autenticidade pela busca das ações culturais, na construção de um sujeito pessoal, longe do interdito estatal da regulação, via controle jurídico. Um estado onde as sociedades deixam de existir por controle, e passam a vigorar por ações dos sujeitos, livres dos aparatos sociais de integração promovidos pelo estado burguês.

As sociedades passam a existir via emancipação dos sujeitos na busca pela autenticidade cultural e não mais pela busca e reconhecimento dos direitos sociais regulados. A tradução das inúmeras experiências alternativas ao modelo único de dominação cria formas de inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências (SANTOS, 2008).

Não se trata de conferir a nenhum conjunto de experiências, o estatuto de totalidade homogeneizando a diversidade de saberes. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes (SANTOS,

2008).

As várias concepções de sabedorias e diferentes visões de mundo, num processo hermenêutico de interpretação e tradução, são igualmente aceitos como conhecimentos válidos e existentes.

NOTAS

¹Mestre em Ciências Sociais – Professor na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Sinop – Departamento de Pedagogia. Endereço eletrônico: roberto_a_arruda@hotmail.com.

²Mestre em Ciências Sociais – Professora na Rede Pública Municipal de Sinop. Endereço eletrônico: enaiderempel@hotmail.com. Endereço para correspondência: Rua das Hortências, 351, Bairro Jardim Paraíso – CEP 78.556.134 – Sinop – MT.

³ O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'. A divisão é tal que 'o outro lado da linha' desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (SANTOS 2009, p. 23).

⁴ Notas do Autor. O conceito de exclusão que uso neste capítulo é distinto do conceito de exclusão social que emergiu nas ciências sociais e nas políticas sociais dos países centrais nas duas últimas décadas. A exclusão social insere-se no sistema de desigualdade e visa deslocar o debate da desigualdade centrado no conceito de pobreza para os conceitos de capital social, de comunidades ativas, de políticas ativas. Atendendo às condições estruturais da exclusão social, procura capacitar os indivíduos para as novas exigências do sistema produtivo (flexibilidade; mobilidade; aprendizagem ao longo da vida, etc.).

⁵ Temáticas trabalhadas por Boaventura de Souza Santos nas obras: "Um discurso sobre as Ciências" (2005); e "Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática" (2002). Não é nossa intenção aprofundar nas questões de produção da ciência moderna, como bem fizera o autor, mas destacar em seu conjunto de obras às questões ligadas a "sociologia das ausências e das emergências" e "as ecologias do saber" na obra: "A gramática do tempo: para uma nova cultura política" (2008), fazendo uma triangulação com as formas de produção de "integração social", percebido pelo autor como dois sistemas de pertença hierarquizada: o sistema de desigualdade e o sistema de exclusão.

⁶ A sociologia das ausências, no entendimento de Santos (2008) não pretende acabar com as categorias de ignorante, residual, inferior, local ou improdutivo. Pretende apenas que elas deixem de ser atribuídas em função de um só critério que não admite ser questionado por qualquer outro critério alternativo. Este modelo de uma imposição que se não justifica senão

pela supremacia de quem tem poder para fazê-la.

⁷ Ecologias no entendimento do autor é a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Crítica a razão funcionalista. Madrid: Taurus, 2 v, 618 p. In : Theorie des Kommunikativen Handelns. Frankfurt : Suhrkamp, 1988.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber, representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo : USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia, Ed. 34, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2008 (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

_____. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In : **Oficina do CES**, nº 135, Coimbra, p. 1-61 (Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais).

_____. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (orgs). Epistemologias do Sul. In : **Oficina do CES**, Coimbra, 2009, p. 9-69.

Artigo recebido para publicação em 30 de abril de 2011.